

Complicações da linguagem sociológica

Troublings of sociological language

Matheus Boni Bittencourt^a 

Resumo Trata-se de resenha do livro *Troubling sociological concepts: an interrogation*, de Martyn Hammersley. A obra apresenta uma instigante reflexão sobre alguns dos principais conceitos utilizados por sociólogos em atividades de pesquisa e ensino, e que possuem sentidos controversos e divergentes, mesclando significados científicos, éticos e políticos. De uma perspectiva weberiana, a obra pretende estimular sociólogos a fazerem um uso cauteloso dos conceitos, atento à sua validade metodológica.

Palavras-Chave Teoria Sociológica. Metodologia. Epistemologia. Conceitos. Neutralidade.

Abstract *This is a review of the book *Troubling sociological concepts: an interrogation*, by Martyn Hammersley. The work presents an instigating reflection on some of the main concepts used by sociologists in research and teaching activities, which have controversial and divergent meanings, mixing scientific, ethical and political meanings. From a Weberian perspective, the work intends to encourage sociologists to make a cautious use of the concepts, attentive to their methodological validity.*

Keywords *Sociological Theory. Methodology. Epistemology. Concepts. Neutrality.*

Neste livro, Martyn Hammersley aborda os múltiplos sentidos dos conceitos usados por cientistas sociais. A complexidade intrínseca do objeto e a relação prática do pesquisador com muitos problemas introduzem complicações do léxico sociológico, mas a questão vai além da semântica. Não é difícil imaginar que dois pesquisadores debatam acaloradamente um conceito, mas com um entendimento muito diverso do mesmo.

Hammersley, sociólogo britânico que trabalhou por décadas com a Sociologia da Educação e nas questões metodológicas e epistemológicas da pesquisa qualitativa, propõe uma análise de alguns conceitos sociológicos controversos. Adotando uma concepção weberiana da ciência social, considera como a principal missão da Sociologia a explicação da ação social. Por isso, o seu objetivo é delimitar a validade científica dos conceitos do seus usos ético-políticos.

a Doutor em Sociologia pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Analista do Executivo na SEGER – Secretaria Estadual de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo. Email: matheusb2@yandex.com

Quanto ao conceito de ideologia, que inicia o livro, Hammersley chega ao ponto de aconselhar o abandono, mas geralmente limita-se a identificar as divergências e propor uma utilização cuidadosa e transparente. O *leitmotiv* é a distinção weberiana entre ciência e política, juízos de fato e de valor, duas vocações que raramente andam juntas. A missão do sociólogo é eminentemente científica no âmbito acadêmico, sem prejuízo para possíveis engajamentos como cidadão e profissional. O conceito de ideologia oscilaria entre a noção marxiana da falsa consciência, que dissimula como gerais os interesses particulares, e o sentido genérico de sistema de ideias e crenças. Contudo, as discussões do próprio Hammersley sobre raça, por exemplo, deixam claro que banir o conceito de ideologia pode ser precipitado. Mais proveitoso é o seu conselho *second best* de emprego cauteloso do conceito, precisando qual é o sentido pretendido. Eu acrescentaria que a ideologia é melhor definida junto a outras categorias discutidas no livro: cultura, poder, classe social, raça e gênero.

Mais interessante é a discussão sobre o conceito de cultura, derivado do “cultivo” pessoal mediante as belas-artes e filosofia, depois radicalmente reformulado pelas ciências sociais. O entusiasmo com este conceito socioantropológico levou alguns a negligenciar as condições materiais, tornando-as, às vezes, um produto de sistemas culturais, numa inversão ingênua do determinismo econômico do marxismo vulgar. O conceito socioantropológico de cultura, defendido por Hammersley, designa as atitudes e capacidades socialmente construídas e aprendidas. Trata-se de um conceito analítico, que supõe a conjunção entre cultura subjetivada e situação objetiva para explicar a ação social. A distinção não é estanque, mas dinâmica, pois culturas são construídas por grupos em resposta a situações objetivas, que estão sujeitas à transformação ou reprodução pela ação social.

Um dos pontos altos é a análise do conceito de sociedade, sobre o qual Hammersley mapeia cinco sentidos: como sinônimo de “país”, e mais especificamente, das relações sociais em um território delimitado e controlado politicamente, um Estado, que na versão mais forte, é tomada como um sistema social; como um tipo particular de sociedade, classificada por critérios como modo de produção, mecanismo de integração social ou sistema de valores de referência (sociedade tribal, escravista, feudal, capitalista ou socialista; tradicional ou moderna; agrária ou industrial; etc); como sinônimo de relações secundárias, formais e superficiais, em oposição aos laços fortes, afetivos e duradouros da comunidade; em oposição ao Estado e ao mercado, como “sociedade civil”; como uma “forma” ou “padrão” de relações e interações sociais no espaço e no tempo, o que é também chamado “sociação”.

Pode-se inferir que o conceito se refere a sociedades singulares (primeiro), a classes particulares de sociedade (segundo e terceiro), a subdivisões da sociedade em econômica, política e civil (quarto), e ao que seria a sociedade em geral (quinto).

Do primeiro ao terceiro sentido, observamos, segundo Hammersley, os problemas da integração e delimitação de tais sistemas sociais, enquanto no quarto sentido teríamos o problema da diferenciação interna: até que ponto “economia”, “política” e “sociedade civil” correspondem a objetos reais, e não separações construídas por tradições intelectuais e disciplinares da Economia, do Direito ou da Sociologia? Quanto ao quinto sentido, o problema aparece como relação entre os planos “vertical” e “horizontal” da sociedade, isto é, entre as grandes organizações, instituições ou estruturas, formando um componente macro e objetivo, de um lado, e as interações e atores sociais, o elemento micro e subjetivo, de outro. Pode-se tanto supor que as interações e atores são regulados ou condicionados pelas estruturas institucionais, quanto que os sistemas objetivos são basicamente cristalizações de um amplo tecido de interações sociais. Dentre os vários sentidos e dilemas do termo “sociedade”, o que identificamos são as divisões profundas entre sociólogos sobre a natureza da própria Sociologia.

Algumas grandes sínteses teóricas, como as de Habermas, Bourdieu ou Giddens, tentaram oferecer saídas para o dilema, que ficou conhecido como “macro-micro”, “objetivismo e subjetivismo”, “sistema e mundo da vida” ou “estrutura e ação”. Hammersley não pretende oferecer qualquer grande síntese, mas sugere que a análise de redes sociais poderia ser uma linguagem comum para ligar as interações às organizações em graus variados de focalização ou de organização das relações sociais. Dessa maneira, se as interações e grupos apresentam padrões difusos e fracos de institucionalização, as organizações formais claramente apresentam mecanismos fortes de coordenação e regulação coletivas, orientadas para objetivos. O conceito-chave é o de “institucionalização” das relações sociais, referida ao nível de coordenação explícita para objetivos e regras comuns, ou seja, de diferenciação interna e externa, com dirigentes capazes de determinar políticas e sancionar os desviantes. A relativa autonomia das organizações, sua “agência”, não as torna independentes das ações e interações dos seus membros, embora o poder de influenciar os rumos organizacionais seja claramente desigual. Dentre as organizações formais, os Governos se distinguem pelo exercício legítimo de poderes coercitivos para regular as relações sociais em um amplo território, constituindo um Estado.

As considerações sobre o conceito de sociedade são desdobradas na reflexão sobre a classe social, pois a “estratificação” é uma característica inegável de

todas as sociedades de grande escala (e não apenas delas). Desigualdades e diferenciações ocorrem segundo vários critérios, que não são apenas pressupostos do observador científico, mas também características objetivas, que modelam a vida dos atores sociais e são por eles interpretadas diversamente. No entanto, há grande divergência sobre o que é a classe social, apesar do quase consenso sobre a sua existência e relevância para a análise sociológica. Às vezes a classe é descrita como uma escala classificatória proposta pelo observador, como os níveis de renda, patrimônio, escolaridade, autonomia e controle do trabalho etc. Às vezes é definida como a concentração da posse de recursos valiosos em uma ou mais dimensões das referidas escalas. Mas as concepções mais fortes de classe social exigem critérios mais restritivos: o reconhecimento entre os pares de classe por padrões de indumentária e comportamentais segundo códigos tácitos, levando à demarcação de pertencimento ou exclusão do acesso a privilégios, oportunidades e interações valiosas; a transmissão intergeracional da posição de classe e autorrecrutamento de longa duração para a classe, por mecanismos diversos, levando à limitação da mobilidade social intra e intergeracional; e a endogamia, não só marital, como também de convívio e associação. Em adição, no sentido forte, as classes seriam ainda grupos relativamente organizados em defesa dos seus interesses, levando ao conflito e dominação de classe, permitindo ligar os conflitos de classe à ascensão e queda de grandes tipos de sociedade, como o escravismo, feudalismo, colonialismo, capitalismo etc. O sentido forte da classe social nos leva à questão de como os próprios atores interpretam as divisões sociais, e como esta visão cultural das desigualdades sociais objetivas orienta a ação social. Implícita na argumentação de Hammersley está que a classe social é definida tanto pelo observador, mediante critérios metodológicos, quanto pelos próprios atores, com base em experiências práticas. Como o próprio pesquisador, porém, está em uma posição de classe, não fica claro qual seria, para Hammersley, a conexão entre o “observador” e o “ator”. Mais uma vez, a questão da ideologia reaparece, tendo em vista que a interpretação da situação de classe conduz o ator a ações que podem reproduzir ou transformar a estrutura de classes.

A discussão sobre as divisões sociais prossegue com análises sobre gênero e raça, que distinguem grupos com base na significação cultural de características biológicas, como o sexo, hereditariedade e aparência. Relativo à classe social, a interpretação feita pelos atores das distinções podem orientar condutas, reforçando ou atenuando as desigualdades, o que dá uma dimensão ideológica ou cultural às relações de classe, que possuem uma materialidade na própria distribuição de recursos produtivos. Nas relações de gênero, a diferenciação biológica entre homens

e mulheres é socioculturalmente construída como distinção de papéis de gênero, o que levou algumas teóricas a considerar o gênero como puramente “discursivo”, desprovido de experiência corporal, enquanto outras feministas responderam que o discurso e corpo estão interligados, pois o processo biológico seria vital e ativo, tanto quanto o cultural, o que relativizaria a dicotomia entre natureza e cultura. O que é biológico ou cultural no gênero não pode ser separado, mas pode ser analiticamente diferenciado em termos relativos.

Também a etnicidade e a raça são processos de classificação que diferenciam ou unem conjuntos de pessoas por sinais visíveis associados a características não diretamente observáveis. O que distingue a “raça” é que os sinais são tidos como fixados por hereditariedade. A divisão da humanidade em raças foi refutada pela Biologia contemporânea, mas a ideologia racial continua relevante, motivando formas de discriminação e mobilização orientadas por suas premissas. Isso traria um problema para a análise sociológica: praticamente todos os conceitos de racismo são avaliativos, pois são conexos ao que seria falso, além de ultrajante para o grupo racializado. O problema é que, assim resumidos, infere-se que tudo o que é considerado racista é similar, e explicado pelas mesmas causas. Assim, apesar da “raça” no sentido biológico não existir, existe a crença difusa em estereótipos raciais, que não é exclusiva de extremistas, e leva a tratamentos diferenciados, o que por sua vez provoca reações dos grupos racializados, levando à formação de identidades raciais com efeitos reais na ação social, inclusive no sentido da mobilização contra as desigualdades e discriminação raciais.

Classe, gênero e raça nos remetem ao poder. Hammersley identifica duas grandes linhas de conceptualização do poder na sociologia: o “poder sobre” ou “diretivo”, definido pela capacidade de alguns atores conduzirem o comportamento de outros, formulando e impondo políticas com regras e diretrizes específicas; e o “poder para” ou “consequencial”, pelo qual identifica a capacidade de tomar decisões com efeitos significativos. Ambas as formas de poder seriam exercidas por uma variedade de grupos e organizações, mas o poder diretivo ou sobre outros agentes tem necessariamente uma característica mais restrita, na medida em que alguns mandam, convencem e regulam outros, que são comandados, persuadidos e disciplinados, o que não significa que há um único jogo de soma zero, onde uns detêm todo o poder diretivo e outros nenhum. É mais provável que haja uma diferenciação, com atores possuindo poder em uma esfera de ação, e não em outra, e outros ainda com menos poder diretivo que de veto.

Finalmente, Hammersley realiza alguns apontamentos sobre interesses, valores e atitudes, indicando os limites das explicações utilitaristas e a necessidade

de considerar as crenças e valores dos atores. Argumenta que a noção de racionalidade é relativa, pois definida como uma concordância entre meios e fins dadas as informações e preferências do ator. Seguindo a linha weberiana, Hammersley defende que explicações por cálculos de interesses e por expressão de valores são complementares, mas aponta que mesmo a diferenciação entre o que é “valor” (inconsciente) ou “interesse” (consciente) pode ser problemática, pois “cálculos” podem ser enviesados por vários fatores, enquanto “convicções” podem reforçar e evocar conteúdos afetivos.

Em um cenário de ampla fragmentação da Sociologia pela multiplicação das subespecialidades e perspectivas teóricas, a construção de um vocabulário comum é certamente relevante, nem que seja apenas para identificar aquilo em que os sociólogos podem concordar em discordar. Percebe-se que a complexidade é própria ao objeto sociológico, e não uma tara pessoal dos sociólogos. Apesar de algumas sugestões precipitadas e inconsistentes, como recomendar o abandono do conceito de ideologia e retomá-lo implicitamente para discutir classe, gênero e raça, a obra contribui para tornar a linguagem especializada da Sociologia um pouco menos complicada, mas nem por isso menos complexa.

REFERÊNCIAS

HAMMERSLEY, Martyn (2020). *Troubling Sociological concepts: an interrogation*. 1ª Ed. Londres: Palgrave Macmillan, 239 p., ISBN 9783030516468, <https://doi.org/10.1007/978-3-030-51644-4>